

SEMINÁRIO FINAL SOBRE OS IMPACTOS DA PRODUÇÃO DE SOJA E CANA-DE-AÇÚCAR EM MATO GROSSO

Data: 27 e 28 de junho de 2013

Local: Auditório do Instituto de Saúde Coletiva, UFMT, Cuiabá, MT

Programação:

- Abertura
- Apresentação do documentário: Dois casos sérios sobre agrocombustíveis
- Apresentação do resultado da avaliação dos impactos socioambientais na produção de agrocombustíveis – Soja e Cana: Dois casos sérios em Mato Grosso – Por Sergio Schlesinger, seguido de debate
- Apresentação do Documentário: Nuvens de veneno, 28 minutos.
- Os agrocombustíveis e as estratégias governamentais de produção e consumo de energia - Prof. Dorival Gonçalves Júnior, seguido de debate
- Conclusão do projeto "Avaliação dos impactos socioambientais da produção de agrocombustíveis em Mato Grosso (Cana-de-Açúcar e Soja)".
- Desdobramentos e Planejamento do FORMAD

Introdução

Com a participação, ao todo, de 41 pessoas, conforme lista de presença anexa, teve início o seminário final sobre a avaliação dos impactos socioambientais dos agrocombustíveis no Mato Grosso, com a apresentação, divulgação e debate do documentário "Dois casos sérios de agrocombustíveis", caderno e livro sobre "Dois casos sérios no Mato Grosso: a soja em Lucas do Rio Verde e a cana de açúcar em Barra do Bugres".

O seminário, realizado no Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal do Mato Grosso, UFMT, campus Cuiabá, não se restringiu à apresentação e debate dos documentos produzidos pelo Fórum Mato-grossense de Meio Ambiente e Desenvolvimento – FORMAD. Na parte da tarde foi apresentado também um documentário produzido pelo Instituto de Saúde Coletiva, em parceria com a Fio Cruz sobre "Nuvens de Veneno", que relata a pesquisa feita nos municípios de Lucas do Rio Verde e de Campo Verde, sobre os impactos socioambientais da aplicação de pesticidas, seguido de uma apresentação do professor Dorival Gonçalves Júnior que ampliou a discussão sobre os agrocombustíveis a partir das estratégias governamentais de produção e consumo de energia.

Os encaminhamentos ficaram para a manhã do último dia.

Apresentação dos dados

Os trabalhos da manhã, sob a coordenação de João Inácio Wenzel, iniciaram com a apresentação da equipe e dos presentes, seguido do documentário - Dois casos sérios sobre agrocombustíveis – dirigido por Caio Bruno de Oliveira, jornalista. O vídeo foi considerado excelente para fazer um trabalho de divulgação e discussão da temática.

Sérgio Schlesinger fez uma apresentação sucinta do estudo de caso, em PowerPoint, anexo. Segue aqui breve resumo.

A partir da perspectiva de insustentabilidade da produção monocultural, fizemos a subversão do projeto em função da crítica ao modelo na medida em que a ocupação e o uso do solo apenas concentram renda, terra, impactos e problemas socioambientais em geral, desemprego e migrações.

Os Umutina, bem como os agricultores familiar-camponeses e pescadores artesanais ou profissionais, são contrários à forma como se apregoa o desenvolvimento sustentável como processo de inclusão de populações e sociedades inteiras na medida em que suas lógicas de ocupação e consumo, formas de organização social e cultural diferem substancialmente do comportamento urbano de caráter ocidental, branco e capitalista.

Os estudos apresentam claramente que a movimentação da economia mundial conduz o Brasil e os EUA, a partir de uma orientação política de caráter neodesenvolvimentista de produtos primários e commodities. Isso, obviamente, se traduz em políticas regionais restritivas ao campo da agricultura familiar-camponesa, obstante às políticas nacionais de fortalecimento do setor. Torna-se patente que os governos locais, Lucas do Rio Verde, por exemplo, está sob o julgo de um dos maiores produtores de soja do Brasil que não tem nenhum interesse senão em propiciar melhores e cada vez mais oportunidades ao agronegócio.

As formas de ocupação do estado de Mato Grosso revelam a lógica malthusiana de vazio demográfico ao mesmo tempo em que os projetos (anteriores à República) se orientam na perspectiva de segurança de fronteiras.

A área de cerrado que, diga-se de passagem, são negligenciadas em diferentes setores e níveis na perspectiva de cuidados ecológicos, findam como a grande fronteira, ou melhor, área destinada a plantio de cana-de-açúcar e soja, principalmente o primeiro, notadamente como política nacional, o que causará forte impacto na Bacia do Alto Paraguai. Blairo Maggi e o setor ruralista da câmara dos deputados (nível federal) se empenham ferozmente em consolidar o plantio de cana-de-açúcar em modificar o zoneamento da cana-de-açúcar no sentido de alterar a restrição à expansão.

Observa-se que o desaparecimento da agricultura familiar-camponesa está diretamente relacionado com a intrusão do agronegócio, tanto de manejos de cana, soja e rebanho

bovino, que empurram comunidades inteiras, em Barra do Bugres comunidades quilombolas, mercê dos processos de expansão do gado, contrariamente ao discurso que defende o modelo hegemônico.

A produção de arroz no Brasil (2012-3) só não diminuiu ainda mais por conta do processo de "adaptação do solo de cerrado" ao plantio de soja, ou seja, serve como uma cultura pioneira, ainda que seja importante na dieta alimentar do brasileiro. De maneira paradoxal, percebe-se o absurdo da falta de produção de alimentos num estado que é considerado "celeiro do mundo". Na perspectiva de segurança e soberania alimentar estes alimentos são importados de Curitiba e São Paulo, ao passo em que a contaminação do leite materno revela o quanto a utilização indiscriminada de agrotóxicos têm causado impactos socioambientais, ou seja, não é apenas o ecossistema que é degradado, mas a sociedade também.

Por outro lado, ou aliado a esta situação, o cenário político local está circunscrito a sérias limitações no escopo da democracia na medida em que a economia hegemônica, representada pelos políticos locais, determina o resultado das eleições. O resultado deste cenário se revela na ausência de políticas públicas que favoreçam comunidades indígenas, quilombolas, ribeirinhas, agricultura familiar-camponesa ou qualquer outra forma de organização social de caráter comunitário e que não pode ou quer ser incluída em lógicas alienígenas.

A pesquisa revela o quanto estas comunidades estão sofrendo com estes impactos em diversas dimensões de suas vidas: alimentação precária, manejos e modos de vida inviabilizados (seja pela ausência de Políticas Públicas, seja pelo impacto sobre rios e nascentes, matando peixes e animais silvestres). Nesse sentido, mesmo as condições de vida na zona urbana demonstram o crescimento do custo de vida na carestia de alimentos (também porque a rede de abastecimento pertence aos grandes produtores que também são os políticos locais), de abastecimento de combustíveis, ausência de transporte público adequado, problemas de atendimento médico (dada a pressão da prefeitura sobre os médicos e enfermeiros contratados).

Os programas governamentais visando o abastecimento local tanto à população quanto à comunidade escolar são totalmente desconhecidos dos agricultores e da população em geral na medida em que, por exemplo, os programas de aquisição de alimentos (PAA), subsidiados pelo governo federal, não são disseminados, fortalecidos, sequer divulgados pelo poder público local. Concomitante a este processo, tanto quanto os impactos do uso de agrotóxicos revelados em Lucas do Rio Verde, percebemos o crescimento das taxas de câncer, por exemplo, em áreas de forte pressão no uso de agrotóxicos.

Os principais problemas em relação à questão fundiária: concentração, posse e uso da terra; deslocamento de marginalização das populações locais.

Os principais problemas em relação à utilização dos agrotóxicos: envenenamento,

insumos em grande quantidade; redução da produção pesqueira; diversos problemas de saúde; extensas áreas desmatadas.

Medidas imediatas: análise permanente da qualidade da água; estudo da incidência de doenças vinculadas à exposição de agrotóxicos; cobrar dos órgãos públicos medidas para produção de alimentos da agricultura familiar-camponesa; regulamentação do uso de agrotóxicos e outros poluentes (na perspectiva da proibição completa).

Por outro lado é preciso fazer um zoneamento integrado na perspectiva de uma ordenação territorial que restrinja a monocultura a fim de que se preserve ou se conserve a produção de alimentos agroecológicos, com vistas à segurança e soberania alimentar que terá como horizonte a qualidade de vida da população em geral.

Finalmente a preservação da cultura condiz com a orientação da complexidade e da indissociabilidade entre as condições de vida natural de cultural, na medida em que os trabalhos ecossistêmicos estão imbricados visceralmente nas duas dimensões que, afinal, se pertencem.

Debate em plenária

As comunidades em diversos municípios estão sufocadas pelo avanço do agronegócio (cana-de-açúcar em Diamantino) em que os assentados das glebas Borjuí e Caête estão cercados por fazendas de monocultivo.

Em Mato Grosso do Sul há os problemas de demarcação de Terra Indígena - TI com o deslocamento/remoção dos povos originais que, nos centros urbanos, se encontram em situação de vulnerabilidade social com utilização de entorpecentes e aumento da violência entre si.

A Seduc/MT se preocupa com a baixa utilização do percentual necessário e legal (30%) de alimentos provenientes da produção agrícola familiar-camponesa que vai diminuindo em função da localidade e do território com problemas de diversas ordens, ao menos os problemas alegados (grande parte com pretextos de origem burocrática). A Educação do Campo busca discutir e incluir na formação a perspectiva da agricultura familiar-camponesa, mesmo com a precariedade do corpo docente e da estrutura de maneira geral, enquanto, contrariamente, o crescimento do setor madeireiro (norte), bovino e da monocultura (estado todo) atrai o olhar e a escuta dos mais jovens em relação aos modos de vida, na absorção ou introjeção dos sistemas urbanos de valores e objetos.

A Fase Cáceres trabalha com agricultores (em diferentes perspectivas) e, desde 2005, este segmento tem conseguido avançar e realizar o abastecimento local de maneira exitosa com acesso dos agricultores ao Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, mas isso requer que haja uma organização que dê assessoria e que seja confiável. Isso ocorre devido à visão que impera em relação a manejos que não condizem com a lógica capitalista e que necessitam de apoio burocrático à mudança de postura para acesso às

políticas de crédito para este grupo. O importante é que estas experiências sejam observadas de maneira criteriosa e crítica a fim de entender quais os mecanismos (articulações, mobilizações, táticas, estratégias e formas de luta) utilizados para o alcance de condições de vida digna aos agricultores familiar-camponeses.

Terra Nova do Norte, Colíder, Nova Canaã, Nova Guarita são exemplos de lutas políticas com descredenciamento das audiências públicas objetivando que sua deslegitimação forçasse uma reorganização dos trâmites para que houvesse avanços no acesso às políticas de apoio. Estas formas de luta são importantes na diminuição das pressões sobre as áreas urbanas, tanto quanto no fortalecimento dos grupos envolvidos obstante os boicotes por parte de forças políticas que têm interesses amesquinados. Desta maneira não julgam importante, melhor dizendo, estão fora dos planos políticos na medida em que o fortalecimento de um grupo pode representar perigo ao outro. De sorte que as articulações internas, próprias às arenas de luta, convidam a refletir sobre estabelecimento de táticas, estratégias, articulações e mobilizações contrárias com o objetivo de responder tanto como resistência como proposta real de manejos sustentáveis em diversos e diferentes aspectos do campo socioambiental.

Além dos processos de mobilização, articulação e envolvimento dos grupos de interesse em relação à agroecologia e agricultura familiar-camponesa, há também as articulações em torno do entendimento e/ou consultoria ao acesso de políticas públicas de apoio e fortalecimento dos agricultores familiar-camponeses. Há dificuldades em diferentes níveis, principalmente na problemática documental, além de todas as questões históricas (vale do rio Cuiabá, por exemplo) que impedem o avanço do agronegócio, por completa falta de interesse, mas também circunscrevem estes povos a condições de precariedade e falta de informações.

Mesmo com o apoio do governo federal, os editais e o valor dos recursos ainda são irrisórios e de caráter limitado e limitantes haja vista os problemas apontados anteriormente em relação às dificuldades de acesso à informação básica e às possibilidades de inclusão e acesso a recursos.

Entre outras situações e que não foram aventadas anteriormente, ao menos não de maneira direta, os problemas de violência no campo, seja pela remoção direta (ou branca), seja por assassinatos e intimidações de toda natureza.

Este projeto propiciou que uma imensa dificuldade (primordial) pudesse ser vencida na congregação de pessoas e grupos que puderam, a partir deste encontro, dialogar e, futuramente, se organizar em torno de suas demandas e necessidades, tanto políticas quanto econômicas. As reivindicações dos grupos de interesse poderão, a partir de novas articulações, discussões e mobilizações, avançar sobre assuntos, temas e pautas que manifestem ou contemplem seus temores e desejos e que, finalmente, alcancem políticas públicas minimamente satisfatórias.

A reunião de informações, conhecimento fragmentado nas e pelas realidades no estado de Mato Grosso, só foram passíveis de sistematização por força de um projeto e do trabalho envolvido com o claro objetivo de, contrariamente a monitorar impactos ou avaliar meramente níveis de desenvolvimento sustentável, dimensionar os impactos sobre as populações e suas territorialidades. Nesse sentido é preciso observar de maneira crítica o quanto modificamos o modo de vida do campo de uma condição de sustentabilidade (soberania e segurança alimentar) para uma completa vulnerabilidade e paradoxal dependência de uma lógica de produção contraditória e violenta.

Os agrocombustíveis e as estratégias governamentais de produção e consumo de energia

Dorival Gonçalves Junior, engenheiro eletricitista (UFMT), mestre/doutor em energia (USP-SP) e professor do Departamento de Engenharia Elétrica da Faculdade de Arquitetura, Engenharia e Tecnologia da Universidade Federal de Mato Grosso – campus Cuiabá, apresentou o tema do agrocombustíveis dentro do contexto das estratégias governamentais de produção e consumo de energia. Enfocou tanto Alguns aspectos da matriz energética mundial, bem como da matriz energética brasileira, o planejamento energético e as políticas do estado brasileiro e as perspectivas/tendências em torno dos agrocombustíveis.

Alguns aspectos da matriz energética mundial.

A matriz mundial, segundo dados do BEN-2012, EPE-MME, é fundamentalmente montada em coisas da natureza não renováveis: petróleo (32,8%), carvão mineral (27,2%), gás natural (20,9), energia nuclear (5,8%). Não se reproduzem no ciclo de um ano. Nos processos de transformação estas fontes são as menos eficientes. Isso vale para a energia nuclear, gás natural, petróleo... As outras fontes são: hidráulica (2,3%), renováveis (10,2%), outros (0,8%)...

Uma sociedade que busca criar excedente está atrás de produtividade, e contraditoriamente não são tão produtivas. Portanto, a matriz mundial não é de grande eficiência. Por isso as águas são disputadíssimas.

A pergunta que logo emerge é: Qual é a fonte mais eficiente? Os dados das últimas décadas nos dão a entender que esta não é a questão central. Vejamos.

Em 1973, quando a questão ambiental começava a entrar em cena, surgiu em meio à filosofia do "small is beautiful", a oferta média de energia global equivalente a 124.352.295 barris/dia. Em 2009, 36 anos depois, a oferta média diária equivalia a 249.4457,007 barris de petróleo/dia. As fontes não renováveis – petróleo, carvão mineral, gás natural e nuclear somam em 1973 86,9% da oferta global de energia e em 2009 era de 86,7%. Portanto, historicamente, a questão não é técnica, de opção de matriz energética, mas uma questão de sociedade.

Alguns aspectos da matriz energética brasileira

Brasil consome 50% de energia da América Latina. A oferta interna em 2012 de energia não renovável era equivalente a 2.372.556 barris/dia: Petróleo (32,9%), gás natural (11,5%), carvão mineral (5,8%), nuclear (1,5%). Total: 57,6%

A oferta de energia renovável era equivalente a 1.665.284 barris/dia: etanol (15,4%), hidráulica (13,8%), renovável/madeira (9,1%), eólica (4,1%).

Comparando a oferta de energia brasileira nos últimos dez anos, temos os seguintes dados: A oferta de energia em 2002 de energia não renovável (petróleo, carvão mineral, gás natural e nuclear) era equivalente a 2.372.556 barris/dia e em 2012 era equivalente a 3.152.612 barris/dia, um aumento de 40,1% na produção.

A oferta de energia renovável em 2002 era equivalente a 1.665.284 barris/dia, e em 2012 2.319.119 barris/dia, um aumento de 46,8%.

A maior parte da energia é consumida pela indústria (35,1%) e pelo setor de transportes (31,3%). As residências consomem apenas 9,4% da energia ofertada.

Matriz de eletricidade engata com os agrocombustíveis, porque 6,8% da energia elétrica vem da biomassa. A energia hidráulica responde por 76,9%. Se há águas que estão sendo contaminadas, essa realidade é simplesmente considerada como uma externalidade.

Os dados mostram claramente de que não há uma preocupação ambiental. O que decide os rumos do setor energético é o que dá mais lucro.

O planejamento energético e as políticas do estado brasileiro

O Estado destila os diferentes interesses. A política de energia é a mais disputável nos Estados, porque é a mais rentável. Tornou-se uma estrutura de negócio. Os produtores dizem que sua produção já está toda vendida.

Em tese, a questão é discutida no Congresso Nacional e na Presidência, assessorado pelo Conselho Nacional de Políticas Energéticas (CNPE) e o Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE). A Empresa de Pesquisa Energética (EPE) é uma empresa pública vinculada ao Ministério de Minas e Energia faz a função de ocupar o espaço onde o custo é alto.

Consema, Conama... são resultado de uma luta, mas no processo são retomadas pelo controle do Estado.

Este modelo tem ainda a Agência Nacional de Energia elétrica – ANEEL, e Agência Nacional de Petróleo - ANP. O Estado cria instituições e cria agências de estado que trabalham com análises para fiscalização. A ANP é entendida como agência de Estado pensado para obter o máximo benefício para o empreendedor e para o consumidor.

Quem faz o estudo de impacto ambiental é o próprio empreendedor.

A lei n. 10203 de 22 de fev de 2001, determina no artigo 9º que "vinte e dois por cento

obrigatório de adição de álcool etílico anidro combustível à gasolina em todo o território nacional”.

A resolução n. 36 de 06.12.2005 Da Agência Nacional de Petróleo admite a adição do percentual de 25% de álcool anidro à gasolina. Transforma, de fato, o etanol em commodities.

O agrodiesel foi introduzido como matriz energética brasileira em 2005, sendo fixado em 5% em volume o percentual mínimo de inserção de agrodiesel no óleo diesel comercializado.

O Estado também amplia estradas, portos, infraestrutura para garantir essa cadeia.

O Estado cria também os leilões de compra de biodiesel, etanol.

A bioeletricidade é outra estratégia de fortalecer a agroindústria. A usina Itamarati, por exemplo, ganha mais vendendo eletricidade de biomassa do que açúcar.

O processo das cadeias produtivas dos agrocombustíveis tem investimentos da Schell, do Google, da Microsoft...

Migra-se do dinheiro para as commodities, por ser investimento mais seguro.

Internamente, o consumo de etanol é quase igual ao da gasolina. Portanto, tem mercado garantido.

As PCHs, desde 2002, passaram de 5 para 50 unidades. Licenciamentos dependem da capacidade de articulação política. Assim, foram construídas por exemplo duas PCHs dentro de uma reserva permanente em Rondonópolis, sem RIMA, sem licenciamento.

Para conseguir investimento/ empréstimo, é preciso provar de que o seu empreendimento é rentável.

A entrada da bioeletridade sucoenergética entra como fonte de energia pouco impactante.

Portanto, a questão não é técnica, de fonte, mas de questão ambiental.

O total de eletricidade contratada de bioeletricidade: 842,8 MW médios por 15 anos ao custo total de R\$ 16,5 bilhões. Preço médio do MWh – 132,30 /mWh. O que almejam: 13.158 MW x 24h x 365 dias x 132,30 / MWh, chegando a um valor de R\$ 15,3 bilhões por ano. Portanto, as cadeias de produção e as matrizes energéticas são pensadas para serem mais lucrativas.

Perspectivas /tendências ... agrocombustíveis

O preço do petróleo disparou na última década e, paralelamente, a eles o preço dos alimentos, um indicativo claro de que a integração dos alimentos na produção de agrocombustíveis afeta a segurança alimentar.

O Agrocombustível será disputado, sobretudo, nos trópicos.

O campo hoje é uma indústria hiperindustrializado. A bancada ruralista não é ruralista,

mas de grandes empresas.

O custo de produção de etanol no Brasil, a partir da cana-de-açúcar, é o mais competitivo no mercado mundial. Se o custo na União Europeia é de 154 US\$/Barril e de 75 nos EUA, no Brasil é de 34 US\$/Barril.

O setor sucroalcooleiro está otimista por ser a cana de açúcar a matéria prima mais eficiente na produção de etanol. Mesmo assim, apenas um terço do seu potencial é aproveitado, considerando o surgimento do etanol de segunda geração, produzido a partir de celulose, que pode ser encontrada no bagaço e na palha da cana, entre outros resíduos agrícolas.

Outro propulsor do mercado de etanol é a utilização do etanol como célula de combustível na propulsão de veículos híbridos com motor elétrico e de combustão, e de diesel de cana & biodiesel.

A cana também é matéria prima para a produção de bioplásticos: PHP, polietileno, polipropileno, PET e PVC. Tal tendência é confirmada pela presidente da UNICA, Elizabeth Farina, por ocasião da abertura do Ethanol Summit 2013, realizado dia 27/06/2013, em seu discurso de abertura: "as perspectivas da produção do etanol celulósico em escala comercial e os novos usos e produtos que vem da cana de açúcar, cujo leque torna-se cada vez mais amplo, abrangendo desde os bioplásticos à química fina, resinas especiais, embalagens e querosene para a aviação".

Debate:

1. A abordagem foi política e econômica. Como fica a questão da segurança alimentar?

O governo fala de estoques reguladores. O preço do açúcar aumenta e produz uma energia muito ruim.

A questão da água, daqui a pouco o oxigênio... são questões de sustentabilidade afetados por uma ordem social que produz tudo isso. Como a gente se organiza politicamente para fazer frente a isso.

Quanto ao estoque regularizador: o governo tem de garantir a compra e o processo de escoação deste produto. Utilizam de meias verdades. E na realidade a verdade é o resultado de muitos aspectos.

A soberania alimentar, energética... está no campo das resistências.

As pequenas centrais hidroelétricas perderam competitividade com as eólicas.

- Como vê o desenvolvimento nas apostas?

O Mecanismo de Desenvolvimento Limpo - MDL. Toda crise do capital busca a solução para a reprodução do capital. A solução é pelo mercado. O alimento passa a ser uma mercadoria que pode ser utilizada para várias modalidades de uso, assim como o petróleo, que é utilizado numa diversidade infinita.

A discussão é como se organizar politicamente para fazer frente a isso.

Quanto as PCHs: Desde 2009 e 2010 se congelou as PCH em várias bacias. É Momentâneo. Nessa cadeia, neste momento, ela tem condições de competir. Na hora que eles se articularem no ministério de Minas e Energia, com professores universitários para reverter isso. Quem está no poder quer continuar no poder.

O governo tenta manter-se dentro do processo do poder. Há pessoas que acreditam que é possível mediar os interesses do capital e do trabalho.

Trabalha-se com extrema racionalidade.

A grande mudança se dá quando não se produz mais para as necessidades, mas para a troca no mercado. Produz-se sem saber para que!

PCHs estão associados à venda de crédito de carbono.

- Em Mato Grosso há muito trabalho de denúncia construído, mas não se consegue visualizar isso, ou criar impacto.

Chamar uma discussão no MDA para colocar a questão do PAA e do PNAE, que não é acessado ou pouco acessado. Há aliados na educação, pois as escolas encontram as mesmas dificuldades. Chamar também a FETAGRI para tomar posição.

Em Poconé estão entrando dragas de garimpo e soja sendo plantada nas cabeceiras. Os peixes dos córregos estão morrendo.

A experiência que a Fase, junto com a Ajopam tiveram, foi de fazer um trabalho de divulgação da lei do PAA, do PNAE. O esbarramento se deu na DAP, que desanima e frustra as pessoas, porque o projeto não vai pra frente. Precisamos encontrar um jeito de denunciar a falta de orientação técnica que não possibilita os agricultores e agricultoras acessar e cobrar o que eles/elas tem de fornecer. A emissão de DAP é uma calamidade. Para fiscalizar não falta gente. Mas para dar orientação técnica nenhuma.

- A Conab faz capacitação, desde que se consiga um número mínimo de 15 pessoas.

Desdobramentos e Planejamento do FORMAD

Deve-se dar continuidade de divulgação do material. O material deverá ser entregue oficialmente ao Domingos Sávio, procurador estadual, para que ele possa fazer encaminhamentos devidos. Da mesma forma ao Luis Escalope, procurador do Estado.

Eurípia, presidente do CONSEA, ofereceu participação na pauta da reunião do Consea de agosto, e também dos presidentes do Consea do estado.

Marília se comprometeu a apresentar o material nas organizações da sociedade civil em Alta Floresta. Lidiane Sales, retireira do Araguaia, vai divulgar o material naquela região.

A discussão dos agrocombustíveis deverá ser levada também para a conferência estadual de desenvolvimento rural.

Haverá uma conferência nacional em dezembro e antes disso uma conferência estadual.

Será mais um espaço para divulgar o trabalho de pesquisa.

Encaminhamentos:

Dada a impossibilidade de se fazerem presentes vários coordenadores do Formad, a mesma fará os encaminhamentos em suas próximas reuniões.

A ferramenta Statplanet será colocada na página do Formad assim que se concluir o processo de licença e os dados lançados num esforço de cooperação das entidades coordenadoras e filiadas, com a ajuda de trabalho voluntário. O mesmo se dará na alimentação dos anual dos dados.

O material audiovisual das atividades realizadas está à disposição. Os equipamentos do Formad serão guardados em lugar mais seguro.

Há muitos documentos já disponíveis. Os relatórios e as apresentações dos últimos seminários serão disponibilizados para quem quer ter acesso.

Há muitas perguntas sobre a continuidade da pesquisa. Que aliadas buscar?

A participação na conferência do meio ambiente é um dilema: acabamos referendando propostas contraditórias. O CONSEMA não tem papel decisivo. Nosso ponto fraco é não ter uma contraproposta à proposta que já vem pronta. A conferência vai discutir somente a questão dos resíduos sólidos.

As entidades que fazem parte do Consema deveriam tomar uma posição conjunta.

Vamos dar continuidade à articulação do III ENA, em Juazeiro, à beira do rio São Francisco.

Avaliação:

A discussão que se realizou ontem foi de altíssimo nível, sou grato de ter tido a oportunidade de participar.

No entanto, o público atingido na divulgação foi muito reduzido, devido a convergência de atividades, mobilização para as manifestações...

Será necessário aproveitar outros espaços de divulgação destes resultados para outros públicos.

Cuiabá, 08 de julho de 2013.

João Inácio Wenzel – relator.

Lista de Presença

NOME	ENTIDADE	EMAIL	CONTATO	MUNICÍPIO
Adalberto Cazarim da Silva	Prefeitura	adalberto-cazarim@hotmail.com	6692265639	Cotriguaçu
Andrea Jacobaszto	OPAN	daraitala@ig.com.br	65 33222980	Cuiabá
Andreia Fanzeres	OPAN	andreia.fanzeres@gmail.com	65 3322-2980	Cuiabá
Caio Bruno de Oliveira	Formad/Fase	caiobruno.jor@gmail.com	8160-6303	Cuiabá
Danilo Gonçalves Rodrigues	UFMT	daniilogrodrigues@gmail.com	65 8138-2565	Cuiabá
Diego Ethan Nunes Oliveira	UFMT	diegoethan@hotmail.com.br	6692185277	Barra Garças
Dorival Gonçalves Junior	UFMT	dorivalj@uol.com.br	65 9243-3078	Cuiabá
Elias Gabriel S. Duarte		egsduarte@hotmail.com.br	9255-7887	Cuiabá
Emir Lucas De Paula Santos	Prefeitura	terezinhaqueiroz12@hotmail.com	6599431950	Poconé
Érica Catelan	Fase			Cáceres
Etamar Freuhere	OPAN		9984-2755	Cuiabá
Eurípia de Faria Silva	CONSEA-MT	euripiafsilva@bol.com.br	9914-3520	Cuiabá
Fátima Aparecida G Moura	Fase	cidinha.fase@terra.com.br		Cáceres
Haya Del Bel	ISC - UFMT	hayadelbel@gmail.com	8403-0602	Cuiabá
Herman Hudson de Oliveira	FORMAD	tiohermi@gmail.com	65 3663-3625	Cuiabá
Hermínia Silva Sales	Ass. Retireiros do	Araguaia		Luciara
Inácio Werner	CBFJ	inacio@centroburnier.com.br	9318-9316	Cuiabá
Irenilda Almeida da Silva	Conselho Tutelar	ire.nildaalmeida@hotmail.com	65 99918086	DIAMANTINO
Jacildo de Siqueira Pinho	SINTEP/Sub Sede	siqueirapinho@gmail.com	6599575687	Diamantino
João Inácio Wenzel	FORMAD	joaoinaciow@gmail.com	65 9984-4134	Cuiabá
José Wilson Catalan	ARPEP		65 9600-6540	Cáceres
Juciélle Gonçalves Viana	GEEA/SEDUC	jucielle.viana@seduc.mt.gov.br	65 3613-6475 ou 9685-4907	CUIABA
Juliana de Paula Batista		julianadepaulab@yahoo.com.br	66 8103-6363	Alta Floresta
Laura C. Gonçalves da Silva	FORMAD	laurinhajornalista@gmail.com	65 9305-1470	CUIABÁ
Leonora Brunetto	CPT			Sinop
Lidiane Taverny Sales	Ass. Retireiros do	Araguaia		Luciara
Luã Kramer de Oliveira	DCE-UFMT	luakdoliveira@gmail.com		Cuiabá
Lúcia Roseli Leite				Cuiabá
Marcos Ajuri Schwade	OPAN	ajuri.schwade@gmail.com	65 3663-1290	Cuiabá
Marcos Aurélio de Abreu	E. E. Nagib Saad	leucom@bol.com.br	3335 1098	
Marcos Vinicius Benitez	UFMS - Direito	marcosvbenitez@hotmail.com	67 3211-5068 67 9167-6819	Campo Grande MS
Marília Carnhelutti	Instituto Floresta	marilia@institutofloresta.org.br	66 9965-5160	Alta Floresta
Paulo Cesar M. S;	CPT	pcprelazia@yahoo.com.br	9602-2175	Cuiabá
Regina Silvana Costa	SEDUC/SUDE	regina.costa@seduc.mt.gov.br	65 9282-8340	Cuiabá
Rejayne Benedita Bastos	UFMT	rejaynebastos@gmail.com	65 9200-5591	CUIABÁ
Sergio Schlesinger	Fase	ssergio.sc@gmail.com	21 9485-0519	Rio de Janeiro
Solange Pereira da Silva		solan.pereira@gmail.com	8147-2101	Cuiabá
Teófilo Mendes Da Silva	Ass. quilombola Campina de pedra	terezinhaqueiroz12@hotmail.com	6599431950	
Terezinha Pinto de Queiroz	Ass. Furnas do Buriti	terezinhaqueiroz12@hotmail.com	6599431950	
Thaina Dantas Pereira	UFMT	thainadanpe@gmail.com	65-9616-7801	CUIABÁ
Thiago Oliveira Rodrigues	UFMT	thiagomessr4@gmail.com	(65)81675088	Cuiabá
Thiago Rodrigo da Silva a	FORMAD	thiagorodrigogeo@gmail.com	65 9224-3010	Cuiabá
Wanderlei Pignati	UFMT	pignatimt@gmail.com	9971-4070	Cuiabá